

A FAMÍLIA TRAGO: UMA FICÇÃO BEM FUNDADA

Margarida Fernandes *

Referindo-se à instituição familiar, Pierre Bourdieu defende que “[...] a família é efectivamente uma ficção, um artefacto social, uma ilusão no sentido mais corrente do termo, [...]” (BOURDIEU 1996[1994]:101). A forma como a família é concebida corresponde a valores e normas socialmente aceites numa dada cultura.

No caso d’ *A Família Trago*, de Germano Almeida (1998) a ficção é tripla. Em primeiro lugar porque esta família é uma criação literária, fruto da imaginação do autor; em segundo lugar porque o romance se centra na construção de uma estória de família, levada a cabo por um dos seus elementos (o narrador), uma ficção familiar que tem por base as memórias e as expectativas que cada personagem tem sobre si próprio e o papel que desempenha (ou desempenhou) no seio da família e na sociedade, bem como as imagens que cada um constrói sobre os outros personagens; e, finalmente, é uma ficção no sentido atribuído à família por Bourdieu.

Se a instituição familiar, mesmo no mundo real, é uma ficção na medida em que assenta sempre em normas e construções sociais que regulam a vida familiar, quer internamente quer nas suas múltiplas funções sociais, essa ficção não corresponde a qualquer modelo universalmente aplicável a todas as famílias em todas as sociedades. A cada sociedade corresponde um modelo ideal de família – uma ficção estruturada e estruturante, radicada num sistema de valores e de práticas – também ele socialmente construído.

Nesta abordagem de *A Família Trago*, pressupõe-se que a obra literária, e a arte em geral, devem ser entendidas como produtos

* Departamento de Antropologia e CECLU – Centro de Estudos de Culturas Lusófonas
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

culturais – artefactos – e o autor como um actor social que nos proporciona um ponto de vista *emic* tão credível e válido como qualquer outro. Nesta perspectiva, é legítimo e útil para a antropologia recorrer ao discurso construído pelo autor de uma obra de ficção. Como refere Archetti (1994:13), qualquer produto literário pode ser entendido não só como uma parte integrante do mundo real mas também como um elemento chave na configuração do mundo.

Para a antropologia, o texto literário pode e deve constituir um elemento de reflexão sobre as realidades vividas mas, sobretudo, é um elemento útil na análise das construções sociais tecidas em torno de vivências, reais ou imaginadas. Na linguagem que utiliza, pela escolha dos temas e pelas formas de os abordar, o autor transporta para o texto, o universo cultural em que se insere. (Cf. ARCHETTI 1994:17). Se a literatura é um meio de transmissão de saberes e experiências com significado para quem lê, então ela pode ser vista como, mais do que um artifício da imaginação, uma criação cultural.

A perspectiva de quem escreve e a de quem lê são elementos a ter em conta. O autor constrói uma imagem do que viveu, viu ou imaginou. Quando lemos, construímos uma imagem que é mediada pela construção elaborada pelo autor. Mas, refere Urrutia “[...] nada acontece fora de um espaço e de um tempo.” (URRUTIA 2001[2000]:53), como nada é absolutamente objectivo e isento.

Na literatura caboverdiana de ficção são recorrentes as alusões à realidade das ilhas, com uma qualidade descritiva que nos leva a considerá-las como relatos etnográficos produzidos por informantes privilegiados. Esta tendência deriva de uma preocupação patente nos fundadores do movimento associado à revista *Claridade* que apostam na busca de uma identidade caboverdiana expressa quer nos ensaios sobre a cultura quer nas obras de ficção e na poesia. O peso dessa tradição literária prevalece e, na medida em que se trata de um discurso possível sobre a realidade, é passível de uma leitura que, ao mesmo tempo, contemple a dimensão estética do romance e se constitua num depoimento etnográfico.

No conjunto da obra de Germano Almeida são frequentes as referências às relações sociais em geral e à família em particular. Atente-se, por exemplo, nas questões de honra que servem de base a *Os dois irmãos*, ou das heranças no caso de *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo*. Com uma ironia por vezes

estonteante, o autor põe a nu algumas das contradições da sua sociedade.

Em *A Família Trago* o autor transporta para a ficção uma família que – como quase todas as famílias – tem os seus segredos, as suas pequenas histórias e tenta gerir a sua imagem de forma a escamotear de si própria e dos outros algumas memórias menos confessáveis ou menos conformes à norma social. O conceito de *sociedade relacional*, de Roberto DaMatta (1987), é aqui relevante para acomodar, por um lado, a dimensão plural dos fenómenos sociais e, por outro, para dar conta da complexidade da vida social. Segundo este autor, as sociedades relacionais “[...] são fundadas e informadas por uma ideologia onde o indivíduo não existe como ser moral, como sujeito do sistema [...]” (DaMATTa 1987:152), pelo que “[...] o sujeito social não é o indivíduo mas *as relações entre os indivíduos*. [...]”(DaMATTa 1987:149. Itálico no original). *A Família Trago* está inserida num contexto social e cultural denso, a ilha da Boa Vista. Não basta contar a história de cada um, é preciso entendê-la na sua totalidade e na interrelação entre os vários personagens – concebê-la como uma teia.

A Família Trago é uma história dentro de outra história que, por um lado, reflecte um modelo ideal de família e, por outro, lhe enfatiza as contradições. Germano Almeida não se limita a esmiuçar os segredos dos Trago, insere-os no espaço e no tempo – um tempo longo que abrange várias gerações. Para além da dimensão doméstica e local Germano Almeida vai aconchegando o texto com memórias de acontecimentos marcantes como, por exemplo, no capítulo VIII com a descrição da chegada à ilha das fotografias de Salazar e Carmona e referências ao 28 de Maio e ao Estado Novo e a deportação de opositores ao regime, através de um personagem, o Dr. Sena.

O narrador, começa por referir que “[...] só conhecemos nhô Pedro Trago de ouvir dizer, [...]” (p.13). Originário de S. Nicolau, Pedro Trago instalara-se na ilha da Boa Vista. Na ausência de quaisquer informações a esse respeito, o passado do patriarca, antes de chegar à Boa Vista, é zelosamente inventado pelo narrador. Da “história” sabe-se que, na Boa Vista, casou e constituiu família com Dora, filha do faroleiro Ramos, o resto é história.

A história é contada com base em relatos que o narrador recolhe para elaborar uma versão consensual da história da família glorificando a imagem do fundador, Pedro Trago. Acompanhamos este

processo de construção ao lado do narrador que nos vai dando conta dos vários relatos e das motivações que informam as suas opções para elaborar a versão final. O que se iniciara como curiosidade transforma-se numa tarefa que lhe incumbe cumprir de forma a produzir uma imagem socialmente aceitável dos Trago. Segundo as instruções do pai, o narrador ficaria “[...] encarregado de fazer uma palestra familiar sobre o grande Pedro Trago na data de 10 de Agosto, dia em que ele faleceu, destinada à edificação dos teus irmãos mais novos.” (p. 45).

A família Trago corresponde a uma forma de organização doméstica, comum nas sociedades agrárias europeias e em Cabo Verde, que os antropólogos designam por *família tronco* (*stem family*) que consiste num grupo doméstico albergando sob o mesmo tecto três ou mais gerações sucessivas e, em alguns casos, os empregados domésticos. O narrador, que no início da narrativa era aluno de liceu em S. Vicente, e os cinco os irmãos mais novos, de quem não se chega a saber o nome ou o sexo, situam-se na geração mais jovem e, com eles, coabitam os pais – Venceslau e Angelina –, os dois tios solteiros – Xisto e Serafim – e Dora, a avó.

Venceslau, o pai do narrador, empenha-se em levar o filho a criar uma imagem gloriosa da família Trago e do “grande Pedro Trago” em especial. Uma memória inventada e construída que lhe servisse tanto para perpetuar a imagem desafoçada da família, quando esta já se debatia com dificuldades, como para minorar a incerteza quanto à sua paternidade, porque tanto poderia ser filho ilegítimo de Pedro Trago como de Serafim, filho mais novo de Pedro Trago e Dora.

Venceslau preocupava-se em ocultar dos filhos os factos que considerasse menos abonatórios do bom nome da família e “[...] propositadamente omitia todos os dados que de uma forma ou outra pudessem prejudicar aos nossos olhos a honorabilidade do seu Pedro Trago e por em causa o mito que queria inculcar-nos no espírito.[...]” (p. 19/20). As estratégias de discurso de cada um dos personagens corresponde à posição que pretende manter (ou construir) no seio da família. Encorajado por Venceslau, o narrador não se poupa a esforços na sua árdua tarefa de (re)inventar a família com base em depoimentos recolhidos junto de familiares, vizinhos e amigos, juntando as peças como pode e sabe.

Um dia a família, reunida em conselho, decidira privar Pedro Trago da sua liberdade, decretando-lhe uma rigorosa prisão domi-

ciliária, mantendo-o sob vigilância constante. Segundo o pai do narrador, Venceslau, esta medida ficara a dever-se a “[...] problemas de cansaço mental[...]” (p.14). Inicia-se, assim, uma interminável sucessão de versões diversas que cada um dos personagens sobre os acontecimentos relatados — um efeito de Rashomon (Cf. HEIDER 1988) repleto de discordâncias e omissões — e uma investigação meticulosa conduzida pelo narrador que nos leva aos interstícios mais recônditos desta família para extrair uma história credível e, sobretudo, incontroversa, que desfia em serões com cariz quase didáctico.

Teria Pedro Trago, apesar da idade avançada, uma libido excessiva que o levava a atrair mulheres jovens para o armazém da loja que lhe servia não raras vezes de alcova. Na versão de Serafim, o filho mais novo de Pedro Trago, este passara das marcas ao “[...] masturbar-se diante dos olhos escancarados de uma mocinha [...]” (p.14). Apanhado em flagrante pela mulher, Dora, e convocados os restantes membros da família, Pedro Trago seria confinado ao espaço doméstico.

O comportamento de Pedro Trago não teria sido objecto de sanção se não tivesse sido surpreendido em flagrante delito e se Dora não tivesse ficado com a boca aberta sem a poder fechar até à intervenção de um endireita. Para tal medida teria contribuído a recusa de Pedro Trago em aceitar a imposição que o filho mais velho, Xisto, beato convicto, para que o pai se confessasse ao padre de modo a limpar os pecados. Pedro Trago recusara a ideia afirmando que “[...] mandaria à bardamerda tanto o padre como o seu padreca [Xisto], se tivessem o atrevimento de lhe aparecerem pela frente com as suas vestimentas de carnaval.” (p.19). Xisto, com a sua moralidade excessiva, seria, assim, responsável pela decisão de limitar o pai ao espaço doméstico já que Dora entendia que a sua falta de apetência sexual justificava que Pedro se satisfizesse com outras mulheres, desde que isso não alterasse a paz do lar.

Dora “[...] sempre tinha fingido desconhecer os inúmeros e muito falados casos de raparigas por ele derrubadas sobre os sacos de feijão e milho nos recantos secretos do imenso armazém que servia a loja [...]” (p. 17). A tolerância de Dora para com a infidelidade de Pedro Trago justificava também as aventuras amorosas do filho mais novo, Serafim, “[...] igualzinho ao pai, se visse enrolada numa saia uma vassoura era capaz de correr atrás dela convencido que por baixo devia estar uma mulher[...]” (p.17). O desempenho sexual

"[...] the predatory sexuality that is expected from men in general and from young single males in particular [...]" (Almeida, 1996:38) deve ser exibido, dentro dos limites do socialmente aceitável. Pedro Trago, tinha-os ultrapassado largamente.

A união legal, estabelecida pelo casamento, não impediria Pedro Trago de infidelidades episódicas, mas recorrentes, com outras mulheres. No caso de Frederico a longa relação com Maria Isabel, acompanhara o seu primeiro casamento, com Fininha, e só os insuspeitados dotes de Tóia o levariam a deixá-la. Como que para confirmar a regra, "[...] Venceslau era dos poucos homens da Boa Vista que nunca tinha tido rapariga fora de casa [...]." A infidelidade conjugal por parte dos homens é tolerada em todos os estratos da sociedade caboverdiana.

Ao longo do romance, confrontam-se os comportamentos ideais, delineados pelas normas e valores prevaletentes na ideologia hegemónica, com os comportamentos adoptados e socialmente tolerados. Por exemplo, n' *A Família Trago*, as duas filhas de Ramos, Dora e Tóia, vigiadas pelo pai, que temia vê-las perder a virgindade antes do casamento, encontram noivo mas tanto Pedro Trago, como o seu cunhado Frederico, desrespeitaram a tradição que

"[...] exigia que um pedido de noivado se revestisse de todo um cerimonial [...] nunca era o noivo que ia pedir directamente a noiva em casamento. De preferência devia mandar o pai, ou na falta deste, um parente próximo e de idade respeitável. O enviado tinha como dever fazer o elogio do noivo e das suas qualidades, não obstante o mesmo ser já mais do que conhecido do futuro sogro, e depois disso tudo feito terminava o seu discurso com o pedido da mão da moça." (p. 95).

A perspectiva de um casamento aceitável permite ultrapassar as convenções. Tóia era uma sonsa e não parecia capaz de arranjar marido mas acaba por casar com o vizinho, muito mais velho e viúvo de cujos filhos, solidariamente, cuidava. Dora, mais velha, não tinha pretendente e estava na idade de casar quando apareceu Pedro Trago.

Perante a contradição inerente à oposição entre os valores ideologicamente definidos e as realidades vividas, adopta-se uma atitude pragmática. A virgindade feminina é um valor inquestionável na sociedade caboverdiana – e não podemos esquecer que se trata de uma sociedade de génese escravocrata com fortes influências judaico-cristãs de origem portuguesa – que acentua as noções de

pecado, de honra e de vergonha. A manutenção de rituais associados à virgindade no casamento marca a importância desses ideais. Após a noite de núpcias, o noivo deve confirmar a virgindade da noiva que será anunciada com o lançamento de um foguete ou, se tiver sido enganado, sairá para a rua com as calças de uma perna enroladas até à altura do joelho, para tornar pública a desfeita, devolvendo-a aos pais.

A gravidez da mulher solteira implica uma satisfação à comunidade. Quando Frederico descobre que a sua filha Mercedes estava grávida prepara-se para a chicotear. A mãe tinha aconselhado a filha a procurar refúgio em casa da tia onde Frederico a vai procurar. Confrontado por Pedro Trago alega que “[...] tinha uma satisfação a dar à vila inteira, acabou dizendo, aquela sova fazia parte do desagravo colectivo e deixar de a dar significava dizer às pessoas que tinha encarado com a maior naturalidade a insolência de a sua filha aparecer grávida sem estar casada. Tenho de tomar uma posição, compadre, desabafou, o que é que as pessoas vão pensar da minha família se eu deixar tudo como se não tivesse acontecido nada?” (p.268). Frederico é levado a repensar a sua posição. Exibida publicamente a sua fúria, Frederico pode regressar a casa com a filha .

Apesar de uma base religiosa de inspiração cristã, sobretudo católica, e de um discurso machista e paternalista, as mulheres asseguram, entre si, a gestão da maternidade à revelia dos cânones formalmente estabelecidos. Adopta-se, assim, uma perspectiva matrilinear da família, a que não será alheia uma longa história de migrações masculinas e uma relativa autonomia financeira de muitas mulheres das camadas menos favorecidas da sociedade bem como um predomínio da autoridade feminina na gestão do espaço doméstico. São comuns os casos de homens com filhos de várias mulheres como é comum o recurso às mulheres da família ou mesmo a vizinhas e amigas, para apoio a mães solteiras. Helena, mãe de Venceslau, era considerada pessoa de família embora desempenhasse funções de criada. Apesar de gravidez inesperada manter-se-ia em casa da família Trago. Também Mercedes, filha de Frederico e Tóia, teria uma filha, Angelina, futura esposa de Venceslau e mãe do narrador.

Às crianças reserva-se carinho e protecção. Como concluía Pedro Trago, “[...] ninguém nasce mais ou menos por ser filho de casado ou de solteiro.” (p. 268). Angelina foi levada para casa de Dora quando o avô morreu e por lá ficou, sendo criada como mais

um membro da família (p. 128). A atitude generalizada de que não vale a pena chorar sobre o leite derramado permite acomodar situações aparentemente inconciliáveis. As crianças sabem que são filhos “de fora”, podem nem saber exactamente quem são os seus pais mas não são discriminadas por isso, antes são integradas numa família que as acolhe e estimadas por toda a comunidade que assume a responsabilidade colectiva pela educação dos mais novos.

A dúvida sobre a paternidade de Venceslau, um segredo que a família nunca esclareceu, não impediu que criança fosse criada no seio da família e que Dora o tratasse como neto. Apesar de Serafim não o aceitar como seu filho e de Venceslau recusar aceitar Serafim como pai, Venceslau era muito provavelmente um Trago, até porque as suas feições não deixavam margem para dúvida. Ao ser legalmente adoptado por Pedro Trago, Venceslau seria *de jure* e *de facto* integrado na família.

Será, aliás, Venceslau que assumirá os negócios da família, dada a incompetência de Serafim – mais inclinado para as bebedeiras e para contar histórias inverosímeis na taberna de Babeje – e a inapetência de Xisto, demasiado ocupado com beatices e pouco dado a coisas mundanas. Ao aceitar Venceslau, a família Trago reconhece-o como um dos seus, ao depositar nele a gestão da loja, confirma-o como capaz de garantir a sobrevivência da casa e o seu bom nome. Independentemente do grau de parentesco que os ligava (filho ou neto de Pedro Trago), Venceslau era casado com Angelina, sobrinha uterina de Dora, mulher de Pedro Trago, pelo que seriam parentes consanguíneos (caso ele fosse filho de Serafim). Dos descendentes de Pedro Trago só Venceslau tinha filhos. Reconhecido como descendente biológico dos Trago, os seus filhos eram descendentes consanguíneos tanto de Pedro Trago (pelo lado paterno) como de Dora (irmã da avó de Angelina). Assim, Venceslau revelou-se como o único que podia assegurar a continuidade do nome.

Do ponto de vista da família, é tanto na reprodução biológica quanto na reprodução social, e sobretudo nesta, que o romance de Germano Almeida nos pode elucidar. “[...] E nada parece mais natural do que a família: esta construção social arbitrária parece situar-se ao lado do natural e do universal.” (Bourdieu, 1996[1994]:96). A *Família Trago* é uma família caboverdiana de ficção mas poderia, sem qualquer reserva, ser uma família real dessa mesma sociedade. Se a verosimilhança é notória não se trata de uma questão meramente accidental.

Acompanhamos a família Trago ao lado do narrador, “ouve-se” a estória como se dissesse respeito à nossa própria família, partilha-se a intimidade, a alegria, as banalidades do quotidiano, os casamentos, as brincadeiras inocentes de criança, outras, menos inocentes, de adultos, as amarguras, a dor do luto. Percorrem-se os espaços da ilha da Boa Vista, recordam-se os locais, quase como se estivéssemos lá. Como num discurso oral a construção apoia-se na memória dos vários personagens e na memória do próprio narrador que se apoia em *flash-backs* para reconstruir os retalhos da vida. Histórias de vida cruzadas numa estória de família.

Germano Almeida traz para este romance uma representação credível de uma família na sua sociedade. “[...] Podemos sem contradição dizer ao mesmo tempo que as realidades sociais são ficções sociais sem outro fundamento que não seja o da construção social e que existem realmente, na medida em que são colectivamente reconhecidas [...]” (Bourdieu, 1996[1994]:95). O mesmo se poderá dizer de *A Família Trago*. Trata-se de um artefacto social a dois níveis: o da criação literária enquanto objecto cultural e o da construção do ideal de família, ambos passíveis de uma leitura antropológica compatível com a sociedade caboverdiana.

Bibliografia

- AA.VV. (1986[1936-1966]) *Clareza: Revista de Arte e Letras*, (Organização, coordenação, direcção e prefácio de Manuel Ferreira), 2ª Edição, Linda-a-Velha, ALAC
- ALMEIDA, Germano (1989) *O testamento do senhor Napomuceno da Silva Araújo*. Caminho: Lisboa
- ALMEIDA, Germano (1995) *Os dois irmãos*. Caminho: Lisboa
- ALMEIDA, Germano (1998) *A família Trago*. Lisboa: Caminho
- ALMEIDA, Miguel Vale de (1996) *The hegemonic male: Masculinity in a Portuguese town*, New Directions in Anthropology, Berghahn Books, Providence/Oxford
- ARCHETTI, Eduardo P. (Ed.) (1994) *Exploring the written anthropology and the multiplicity of writing*. Oslo, Scandinavian University Press
- BOURDIEU, Pierre (1996[1994]) O Espírito da Família in *Razões Práticas: Sobre a teoria da acção*. Oeiras. Celta. pp. 93-101

- DAMATTA, Roberto (1987) *A Casa & a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Guanabara
- HEIDER, Karl G. (1988) The Rashomon effect: When ethnographers disagree. *American Anthropologist*. 90. pp. 73-81
- URRUTIA, Jorge (2001[2000]) *Leitura do Obscuro: Uma semiótica de África*. Lisboa: Teorema